

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL-14ª VARA FEDERAL

Juiz Titular	:	DR. WALDEMAR CLAUDIO DE CARVALHO
Juiz Substit.	:	DR. EDUARDO SANTOS DA ROCHA PENTEADO
Dir. Secret.	:	LEONARDO DE OLIVEIRA MOREIRA

EXPEDIENTE DO DIA 11 DE JULHO DE 2017

Atos do Exmo.	:	DR. WALDEMAR CLAUDIO DE CARVALHO
---------------	---	----------------------------------

AUTOS COM SENTENÇA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

Numeração única: 30698-81.2015.4.01.3400  
30698-81.2015.4.01.3400 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	WESLEY BERIGO FORTUNATO DE SOUZA
ADVOGADO	:	DF00034942 - SANDRA ORTIZ DE ABREU
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :

...Todavia, acolho, em parte, os embargos de declaração opostos para, corrigindo erro material, integrar o julgado para determinar que a parte autora apresente laudo médico atualizado a cada três meses. No ponto, destaco o Enunciado n. 2 da 1ª Jornada de Direito da Saúde, in verbis: Concedidas medidas judiciais de prestação continuativa, em medida liminar ou definitiva, é necessária a renovação periódica do relatório médico, no prazo legal ou naquele fixado pelo julgador como razoável, considerada a natureza da enfermidade, de acordo com a legislação sanitária, sob pena de perda de eficácia da medida. Registro, porém, que deve ser considerado o laudo de fl. 430, para cumprimento imediato, pela União, da sentença que determinou a concessão do medicamento ao demandante. Intimações e procedimentos de estilo.

Numeração única: 30698-81.2015.4.01.3400  
30698-81.2015.4.01.3400 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	WESLEY BERIGO FORTUNATO DE SOUZA
ADVOGADO	:	DF00034942 - SANDRA ORTIZ DE ABREU
REU	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :

...Todavia, acolho, em parte, os embargos de declaração opostos para, corrigindo erro material, integrar o julgado para determinar que a parte autora apresente laudo médico atualizado a cada três meses. No ponto, destaco o Enunciado n. 2 da 1ª Jornada de Direito da Saúde, in verbis: Concedidas medidas judiciais de prestação continuativa, em medida liminar ou definitiva, é necessária a renovação periódica do relatório médico, no prazo legal ou naquele fixado pelo julgador como razoável, considerada a natureza da enfermidade, de acordo com a legislação sanitária, sob pena de perda de eficácia da medida. Registro, porém, que deve ser considerado o laudo de fl. 430, para cumprimento imediato, pela União, da sentença que determinou a concessão do medicamento ao demandante. Intimações e